

### 3 BREVE RECAPITULAÇÃO DE ESTUDOS ACERCA DAS FORMAS DE TRATAMENTO RELACIONADAS AOS POSSESSIVOS EM PB E A SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA

Este capítulo tem por objetivo apresentar revisão da literatura relativa a: 1) alguns estudos em variação linguística que abarcam os fenômenos de variação/mudança do uso do pronome possessivo *seu* e de formas de tratamento; e 2) estudos em Sociolinguística que compartilham de pressupostos da Linguística cognitiva em língua portuguesa, em especial da modalidade falada no Brasil.

#### **3.1 Estudos sobre o fenômeno de variação/mudança no possessivo de 2ª pessoa relacionados a formas de tratamento**

Inúmeras pesquisas linguísticas em PB, como Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016), e em outros idiomas, já se ocuparam de fenômenos de variação/mudança em formas de tratamento considerando, em situações comunicativas as mais diversas, a afetividade, a pessoalidade e a menor formalidade como propriedades relevantes. No entanto, não necessariamente consideraram as três propriedades de forma conjunta; tampouco associaram tais propriedades a conceptualizações culturais ou à noção de cordialidade.

Antes de comentarmos as análises recém-citadas sobre o

PB é útil atentarmos para a análise de Kerbrat-Orecchioni (2011) sobre o francês, a qual tem papel teórico relevante na análise que desenvolvemos. A autora realiza um estudo acerca de formas de tratamento nominais no francês em situações de conversação. Para tanto, cataloga as formas de tratamento e não faz apenas o inventário delas, mas também a combinação entre elas e ainda as compara com o inglês, por exemplo, no caso do uso concomitante do prenome e do título *Dr.*, como em *Dr. Roberto*. Esse tipo de caso é denominado pela autora como “relações de proximidade com deferência” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 39). Ainda nesse estudo, relaciona as formas de tratamento da língua à cultura em que essa língua está inserida. Deferência seria um caso particular de cortesia que manifesta certa subordinação simbólica a outro (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 163).

Em japonês, como nos mostra Oliveira (2020, no prelo) ao recordar os estudos de Matsumoto (1988), a deferência cultural também pode ser marcada linguisticamente e indicar proximidade sem amenizar uma imposição de vontade; representa relação positiva entre os interlocutores. Um exemplo desse fenômeno trazido pelo autor seria a expressão *Douzo yorosiku onegaisimasu* (Peço que você me trate bem), usada no contexto em que uma pessoa é apresentada à outra. Matsumoto (1988, p. 409) explica que, dessa forma, o falante simultaneamente: a) se impõe ao receptor e se coloca em posição inferior à do receptor; e b) reconhece a interdependência, considerada uma virtude na cultura japonesa.

Outro tema associado a esse é a ambivalência das formas de tratamento, que também foi apontada por Kerbrat-Orecchioni, bem como a função interpessoal das formas de tratamento nominais:

As formas de tratamento nominais são fundamentalmente ambivalentes [...] a carga emocional que estas formas veiculam com tanta frequência pode corresponder tanto a afetos positivos

(solicitude, empatia, efusão...) quanto negativos (hostilidade, aborrecimento, agressividade). [...] a forma nominal aparece como um camaleão, veiculando o valor do seu meio e, ao mesmo tempo, intensificando o valor veiculado. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, pp. 36-7).

Assim, as formas nominais, ao mesmo tempo em que vinculam ao tratamento um valor relacionado ao contexto de uso (ao meio), intensificam tal valor, o qual pode ser associado a afetos positivos ou negativos. Kerbrat-Orecchioni (2011) aproxima suas observações dos estudos de Braun (1988) apontando para a variação de comportamento das formas de tratamento nas diferentes culturas. Braun (1988, p. 66, tradução nossa) garante que “os fatores que governam o modo de se dirigir a alguém são tão variados e, em parte, tão específicos da cultura que é difícil ajustá-los a um quadro teórico geral”<sup>49</sup>. Observação relevante para nós, pois é compatível com as hipóteses de serem as formas pronominais relacionadas com as formas de tratamento e também de que espaços de manifestação da cordialidade seriam culturalmente específicos.

Ramos (2011), em um estudo intracultural, compara as formas de tratamento contemporâneas da díade pai e filho, especificamente o uso de *você* e *senhor* no PB e afirma que “o processo de modernização da sociedade brasileira que tem lugar a partir dos anos 1950 pode ser descrito como um percurso que vai, no âmbito da família, de um ideal hierárquico, ao igualitário” (RAMOS, 2011, p. 294). De sorte que *senhor*, uma forma de tratamento mais hierárquica, tem sido rejeitada, salvo em situações de formalidade, “a medida que o tratamento por *você* avança, sinalizando certamente um tipo de relação social demarcado por outros valores” (RAMOS, 2011, p. 296). Assim os estudos da autora indicam que o modelo de organização familiar, e não apenas a variante social como a idade, pode se

---

49 The factors governing address behavior are so varied and, partly, so culture-specific that it is hard to fit them into a general theoretical frame.

constituir como causa ou fator de mudança linguística.

Machado (2011) realiza análise comparativa acerca das formas de tratamento em PB e em PE em peças teatrais dos séculos XIX e XX. Seus estudos apontam para o progressivo distanciamento entre essas variantes, com aumento do emprego de *você*, na nossa língua, em lugar do *tu*. A autora acredita que esse fenômeno tem relação com mudanças sociais do século XX, segundo as quais as relações na sociedade brasileira seriam menos assimétricas, menos hierarquizadas. Dito de outra forma, as pessoas se veriam mais como iguais, como semelhantes, comparativamente com o século anterior:

De modo geral, verifica-se que, ao longo dos dois últimos séculos, as mudanças ocorridas no quadro do tratamento do PB se mostram muito mais intensas do que as observadas no PE. As alterações identificadas na variedade lusitana estão ligadas, de modo quase que exclusivo, a modificações nas relações sociais, que também se constata na variedade brasileira. Essas mudanças estão relacionadas, sobretudo, às transformações vivenciadas no interior das sociedades que, a partir, principalmente, de meados do século XX, sobretudo, no espaço da família, tendem a flexibilizar as relações de poder. [...] [as formas pronominais] aparentemente sobrevivem como formas cristalizadas pela Tradição, e não por sua semântica de distanciamento. (MACHADO, 2011, p. 206)

Isso nos parece particularmente interessante, pois indica que o PB faz a opção pela forma que considera mais íntima e informal. Uma opção não exclusiva do PB, em certa medida compartilhada com PE, mas pontuada pela autora como mais intensa entre nós. Por que mais intensa entre nós já que se constata os mesmos fenômenos sociais? Esse é um dos nossos questionamentos.

Ainda sobre a concorrência *você/tu*, Rumeu (2013), através de análise do PB culto em cartas de família tradicional brasileira dos séculos XIX e XX, corroborando também os trabalhos de Duarte

(2003) e Machado (2006), atesta que, no século XVIII, *você* é uma forma de tratamento, ou seja, ainda não se constitui um pronome. Segundo a autora, apenas aos fins do século XIX e princípios do século XX essa forma de tratamento se pronominaliza, suplantando o *tu*, de tal forma que, à medida que percorre o caminho da pronominalização, também percorre o caminho em direção ao privado, ao íntimo:

O que os diversos trabalhos sobre o tema têm mostrado é que a partir do século XVIII a forma vulgar *Você* torna-se produtiva nas relações assimétricas de *superior para inferior*, podendo até assumir, em algumas situações, sócio-pragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição a sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*. Por outro lado, no Brasil do século XIX, a concorrência passa a ser maior entre *Tu* e *Você* em relações solidárias mais íntimas, não sendo tal estratégia negativamente marcada. Essa aparente contradição advém da própria origem e do processo de mudança de *Vossa Mercê* > *Você*, na medida em que se tornou gradativamente divergente do tratamento fonte (*Vossa Mercê*) e passou a concorrer com o solidário *Tu* nos mesmos contextos funcionais. (RUMEU, 2013, p. 51)

Menon (1997), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) estudaram fenômenos de variação pronominais entre *seu/de você*, no primeiro caso, e *teu/seu* nos dois seguintes. De modo geral, as autoras apontam como uma das causas da variação fatores linguísticos como a introdução do *você* na função de pronome sujeito.

Menon (1997) indica a relação do uso do pronome *seu* a partir da introdução do *você*, de tal forma que “a perda do sistema *tu/vós*, sobretudo no que diz respeito à segunda pessoa do plural, acarretou o desaparecimento do possessivo ‘vosso’” (MENON, 1997, p. 79). A autora concentra seus estudos na variação *seu/de vocês* e, para tanto, resgata trabalhos de antecessores, como os dados das



pesquisas de Neves (1993) no *corpus* do NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta), os quais apontam a preferência do falante pelo uso do pronome *seu* em detrimento do pronome *teu*, afirmando que o uso do *seu* é da ordem de 68% nos dados globais.

Lucena (2016) corroborará tal análise do fenômeno. A partir de um estudo de cartas pessoais datadas de 1870 a 1970, a autora conclui que o uso do *seu* como estratégia de referência à 2ª pessoa no PB está relacionado à inserção de *você* no quadro de pronomes do PB:

[...] os resultados delineados nesta tese parecem apontar para o efeito “dominó” já tão comentado por diferentes linguistas: a entrada de *você* funciona como um gatilho para diferentes mudanças pronominais que ocorreram e ocorrem no sistema. Assim sendo, não se pode afirmar de forma categórica que o pronome *seu* acompanha a entrada do pronome *você* no sistema pronominal, mas *seu* só passa a referir-se à segunda pessoa a partir do momento em que *você* entra nesse sistema como variante de *tu* (LUCENA, 2016, pp. 171-72)

Lucena (2016, p. 172) faz um apontamento particularmente interessante sobre certa alteração semântica de *seu*, delimitando fases distintas de emprego do pronome, de tal forma que ele, “[...] no *corpus* analisado, apresentou indícios de semântica respeitosa ou reverente apenas no primeiro lapso temporal estudado, isto é, 1870-1899. Conforme seu emprego vai aumentando na amostra, observa-se um comportamento neutro”, ou seja, menos formal. Mesmo na língua escrita o aumento do uso de *seu* se relaciona à perda de formalidade no uso do pronome. Esse é um ponto especialmente importante para nós e o retomaremos mais adiante.

Martins e Vargas (2014) também apontaram o valor original formal do pronome *seu*. Alguns dos dados apresentados por eles podem nos servir para problematizar a relação intrínseca entre

*seu* e *você*. Os autores observam, ao analisar as cartas de leitores a jornais dos séculos XIX e XX, que o comportamento do possessivo *seu* parece não acompanhar o movimento do pronome sujeito “*você*” e sugerem que “o ‘*você*’ entra no contexto sócio-pragmático do ‘*vossa mercê/vossa excelência/vossa senhoria*’, sem intervir, ou influenciar o dimensionamento para mais ou para menos em relação à presença/ao uso/à ocorrência do possessivo ‘*seu*’ ” (Martins; Vargas, 2014, p. 346). Notam ainda a presença de *seu* na primeira metade do século XIX, enquanto o *você* tem uso crescente a partir da segunda metade:

Quanto à forma *você*, o cruzamento apontou um aumento significativo no uso desse pronome ao longo dos séculos: de 4 ocorrências na segunda metade do século XIX para 18 na primeira metade e 27 na segunda metade do século XX. Tais dados corroboram o que outros estudos têm mostrado sobre a inserção de *você* no sistema pronominal do PB, especificamente em relação à inserção desse pronome na posição de sujeito [...]. Observe-se, no entanto, que o comportamento do possessivo *seu* parece não acompanhar esse movimento. Esse pronome é já categórico para expressar a segunda pessoa nas cartas da primeira metade do século XIX, mesmo quando associado aos pronomes *Vossa Mercê/Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*. Tal resultado parece apontar para um comportamento diferenciado do pronome possessivo em relação ao pronome sujeito na diacronia do PB. (MARTINS; VARGAS, 2014, p. 384)

Diante de tal fenômeno, os autores apontam que *seu* carregaria ainda, naquele momento, a formalidade como propriedade, associado a “*Vossa Mercê/Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*” em situações de maior impessoalidade, variando mais com *vosso* que com *teu*. Para esses autores, a variação com *teu* se dá, essa sim, com a inserção do *você*. Os estudos mais recentes parecem apontar, pois, para certa gradação de “aproximação” do pronome possessivo *seu* em relação ao interlocutor: primeiramente de um

*seu* que sintaticamente migra da 3ª para a 2ª pessoa e que, gradativa e semanticamente, ganha mais marcas de aproximação, perde formalidade e ganha intimidade.

Considerando a concepção de cordialidade como um modelo cultural – que tem a aversão à impessoalidade como seu aspecto predominante –, ao lado da proposta de Martins e Vargas (2014), sugere-se, então, uma possibilidade interpretativa para o fenômeno: o *seu* que aparece associado a *vossa mercê/vossa excelência e vossa senhoria* já é, na verdade, um *seu* cooptado para a 2ª pessoa em um movimento que o retira do público em direção ao privado, em um movimento, portanto, de personalização ou mais intimidade.

A mesma proposta interpretativa também nos parece possível ao já referido trabalho de Ramos (2011) acerca de formas de tratamento em PB. Para o crescente uso de *você* em lugar de *senhor* no tratamento entre pai e filho, apresenta-se como hipótese a mudança social pela qual passa a família atualmente, a qual estaria trocando uma ideologia hierarquizada por uma ideologia igualitária entre seus membros. Nota-se que a autora também aponta a opção pelo tratamento mais informal. Em sua análise, diz que o termo *senhor* perde “respeitabilidade”; assim, o primeiro traço a cair seria o que exprime formalidade. Tanto seria esse um traço definidor que o uso de *senhor* ainda resistiria “onde há formalidade”, ou seja, o caminho da variação dessa forma de tratamento seria a perda da formalidade como propriedade. Tendo a formalidade elemento de distanciamento, vemos movimento de aproximação entre interlocutores. Tais conclusões nos parecem fortalecer a nossa ótica de análise; afinal, trata-se de traços relevantes para descrever o que entendemos por cordialidade.

Essa tendência de escolha pela pessoalização, pela menor formalidade, parece-nos ser relevante, como mostra o trabalho de Scherre *et al.* (2015), mesmo nas regiões do país em que *tu* ainda é produtivo. No PB, mesmo quando o pronome *tu* é o preferencial, e



por analogia poderíamos estender ao uso ao possessivo *teu*, ele o é por ser considerado o tratamento menos formal.

Em significativa revisita a diversos trabalhos sociolinguísticos sobre os usos de pronomes de 2ª pessoa, Scherre *et al.* (2015) reúnem e analisam os resultados globais dos estudos considerados e sugerem a atualização do mapa brasileiro sociolinguístico proposto em Scherre (2009) que, até Scherre (2012), contemplava 17 cidades de 4 regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste. O trabalho de Scherre *et al.* (2015, p. 135) aponta que “o uso do pronome ‘tu’ é mais geral do que se supõe” e apresenta particularidades que as levaram a chamá-lo de “‘tu’ brasileiro”:

Trata-se de um “tu” brasileiro, que em muitas comunidades, instaura-se sem concordância expressa na forma verbal (*tu fala*), de forma diferente do que registra a tradição gramatical (*tu falas*). Há também a presença de um “tu” com concordância, motivada pelo contexto de mais formalidade ou pelo aumento da escolarização, especialmente onde o pronome “tu” é reconhecido como de uso natural à comunidade local como, e em especial, em Santa Catarina, no Amazonas, no Maranhão e no Rio Grande do Sul. (SCHERRE *et al.*, 2015, p. 135)

Em outras palavras, *tu*, quando em uso natural de determinada localidade, é predominantemente menos formal, sendo a concordância a marca da formalidade, o que corrobora a hipótese de que a escolha do falante brasileiro parece geralmente ir em direção ao tratamento menos formal. A hipótese dos autores para manutenção do uso de *tu* como forma de tratamento também sustenta nossa observação quanto à preferência pela menor formalidade: “A nossa hipótese é a de que, à medida que desaparece ou diminui o uso de ‘o senhor/a senhora’, a forma ‘você’ ocupa espaços deixados por ‘o senhor/a senhora’, e o ‘tu’ retorna ocupando novos espaços deixados pelo ‘você’.” (SCHERRE *et al.*, 2015, p. 167).

Por fim, é importante lembrar aqui as reflexões de Benveniste (1966):

Agora vemos em que consiste a oposição entre as duas primeiras pessoas do verbo e a terceira. Eles se opõem como os membros de uma correlação, que é a correlação da personalidade: “eu-você” tem a marca da pessoa; “ele” está privado disso. A “terceira pessoa” tem a característica e função constantes de representar, em termos de forma, um invariante não pessoal, e apenas isso. (BENVENISTE, 1966, p. 231, tradução nossa)<sup>50</sup>

Assim, acreditamos que esse deslocamento de pronomes da 3ª pessoa para posição de 2ª pessoa, lugar que indica menos distância em relação ao interlocutor, encontra consonância em Benveniste (1966, p. 231) ao entendermos que pronomes marcam “oposição entre pessoa (eu/tu) e não-pessoa (ele)”. Nossa leitura é a de que, uma vez cooptado para a 2ª pessoa, e mais próximo de *eu*, mais pessoalizado, *seu*, diacronicamente, avança em sua concorrência com *teu*, como atestam os dados dos estudos sobre o fenômeno de variação/mudança no possessivo de 2ª pessoa relacionados a formas de tratamento apresentados. Em outros termos, os falantes, ao empregar o pronome *seu* como forma de 2ª pessoa, evitam a “distância” interpessoal introduzida, de forma inerente, pelas formas de 3ª pessoa. É esse fenômeno que está no cerne do processo de variação/mudança envolvendo a cooptação do possessivo de 3ª pessoa para ser empregado como forma de 2ª.

É ao lado de tais estudos que nos colocamos e com eles desejamos contribuir por meio de uma abordagem ainda não contemplada acerca dos fenômenos de variação/mudança do emprego das formas pronominais de 2ª pessoa relacionadas às

---

50 On voit maintenant en quoi consiste l'opposition entre les deux premières personnes du verbe et la troisième. Elles s'opposent comme les membres d'une corrélation, qui est la corrélation de personnalité : “je-tu” possède la marque de personne; “il” en est privé. La “3a personne” a pour caractéristique et pour fonction constantes de représenter, sous le rapport de la forme même, un invariant non-personnel, et rien que cela.

formas de tratamento. Quer dizer, oferecemos o modelo teórico explicativo para a razão de buscarmos a informalidade e/ou mais pessoalidade e/ou mais intimidade, o que terá como corolário as escolhas que fazemos das formas de tratamento e, particularmente, dos pronomes possessivos.

### **3.2 Estudos linguísticos em variação e cognição**

Nesta subseção, vamos aprofundar a descrição da relação entre o contexto cultural e o fenômeno de variação linguística, também apontado por Ibarretxe-Antuñano (2013).

A problematização teórica da relação entre variação linguística, cultura e cognição é relativamente recente, apresentando-se como campo de estudos em meados dos anos 2000. Silva (2006) constata que a variação linguística “não tem sido objecto prioritário das mais conhecidas linhas de investigação linguístico-cognitiva” (SILVA, 2006, p. 2) mas, ao mesmo tempo, afirma a inevitabilidade de tais estudos e a emergência de um novo campo de investigação:

A autodefinição da Linguística Cognitiva como modelo baseado no uso (Langacker (1988, 2000) implica uma orientação sociolinguística para o estudo da variação da linguagem. A razão é simples: a variação é a consequência imediata e inevitável do uso [...]. Constituem excepções os trabalhos de Geeraerts, Grondelaers & Speelman (1999), Geeraerts (2003, 2005), Kristiansen (2003) e, muito recentemente, a colectânea de estudos organizada por Kristiansen & Dirven (2006), institucionalizando a noção emergente de sociolinguística cognitiva. (SILVA, 2006, p. 2)

Silva (2008b) reconhece que a “orientação sociolinguística cognitiva” não implica em pacificação teórica e que há certo conflito. Contudo, o autor nos explica que tal conflito se deve ao que considera uma compreensão parcial do *experimentalismo corpóreo*

e da corporificação, já referida por nós. Para Silva (2008a), a visão do corpo como universal de experimentação, em uma leitura parcial, acaba por configurar uma perspectiva solipsista para a Linguística Cognitiva, a qual só pode ser superada se reconhecida a natureza sócio-interativa da linguagem:

As estruturas linguísticas exprimem conceptualizações e as conceptualizações realizadas na e através da linguagem estão intrinsecamente relacionadas com o modo como os seres humanos experienciam a realidade, tanto fisiológica como culturalmente. Constitui este experiencialismo a própria filosofia da Linguística Cognitiva [...] a tese da corporização (“embodiment”) do pensamento e da linguagem ou a filosofia na carne foca a vertente individual e universal da cognição humana (o corpo é um universal da experiência humana), o seu lado físico e neurofisiológico, recentemente explorado por Lakoff (2003) na sua Teoria Neural da Metáfora. Ora, tendo a experiência humana uma dimensão também colectiva e interactiva, impõe-se não reduzir a filosofia experiencialista e o princípio da corporização a operações neurais meramente individuais e reconhecer a natureza socialmente interactiva da linguagem e o seu ambiente cultural como elementos igualmente fundacionais da perspectiva cognitiva. [...] Só assim é que a Linguística Cognitiva poderá evitar cair no perigo do solipsismo epistemológico ou no que Sinha (1999) designa como “solipsismo neural”. (SILVA, 2008a, p. 54)

A defesa de Silva (2006, 2008a, 2008b) relativa a uma Sociolinguística Cognitiva harmoniza-se com nossas afirmações na seção anterior quanto à possibilidade de um modelo teórico de base cognitiva para a investigação de fenômenos de variação/mudança. É justamente ao lado dessa concepção que nos apresentamos. Nosso estudo pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna.

Podemos conceber as conceptualizações construídas pela experimentação cultural como produtos realizados por meio da linguagem, da negociação e renegociação entre o grupo cultural, e manifestas na linguagem, ou seja, expressas por ela. O que

aqui propomos então é um estudo que toma como quadro de referências os pressupostos da Sociolinguística Cognitiva tal qual é compreendida por Kristiansen e Dirven (2008), Guerrearts (2005) e outros.

Os estudos apresentados por Kristiansen e Dirven (2008) são fundamentais em relação ao que se propõe desenvolver em investigações no campo da variação em Sociolinguística Cognitiva:

[...] acredita-se firmemente que a própria Linguística Cognitiva inevitavelmente se beneficiará de voltar sua atenção para a linguística variacional e interacionista. [...] uma linguística cognitiva verdadeiramente baseada no uso não pode ignorar a variação qualitativa e quantitativa a ser encontrada nas variedades padrão e não padrão de um idioma. [...] Uma abordagem linguística baseada no uso toma a linguagem como ela é efetivamente usada por falantes reais em situações em um momento histórico específico como base de sua investigação. Como um consequência lógica desse fato, a Linguística Cognitiva precisa empregar métodos empíricos capazes de lidar de maneira adequada com a variação social. (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008, p. 3, tradução nossa)<sup>51</sup>

A partir de estudos de variação fonética, a aproximação entre variação linguística e cognição também foi apontada por Labov (2010). Para ele “[...] os fatores culturais serão diferenciados de outros fatores sociais em sua generalidade e afastamento dos atos simples de comunicação face a face” (LABOV, 2010, p. 3, tradução nossa)<sup>52</sup>. Nas palavras do autor:

---

51 [...] it is firmly believed that Cognitive Linguistics itself will unescapably benefit from turning its attention towards variational and interactionist linguistics. [...] a truly usage-based Cognitive Linguistics cannot ignore the qualitative and quantitative variation to be found within the standard and non-standard varieties of a language. [...] A usage-based linguistics takes language as it is actually used by real speakers in real situations in a specific historical moment as the basis of its enquiry. As a logical consequence of this fact, Cognitive Linguistics needs to employ empirical methods capable of dealing in adequate ways with social variation.

52 [...] cultural factors will be distinguished from other social factors in their generality and remoteness from simple acts face-to-face communication.



*Fatores sociais* designarão os efeitos das interações linguísticas entre membros de grupos sociais específicos, incluindo o reconhecimento desses efeitos por membros e não membros. *Os fatores culturais* designarão a associação da mudança linguística com parceiros sociais mais amplos que são em parte, se não inteiramente, independentes da interação cara a cara. Elas devem envolver processos cognitivos que reconheçam esses parceiros culturais, embora este volume tenha menos a dizer sobre elas. (LABOV, 2010, p. 4, tradução nossa)<sup>53</sup>

Entendemos que aquilo que Labov (2010) denomina fatores culturais e processos cognitivos que reconhecem esses elementos culturais refere-se precisamente ao que tratamos aqui como conceptualizações culturais. Trata-se, pois, do papel da conceptualização cultural como fator de mudança.

Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) propõem a aproximação entre os estudos linguísticos cognitivos e a variação sociolinguística, apontando as relações e ganhos da investigação de variação lexical que considere a semântica cognitiva e concebendo a linguística cognitiva como caminho para a compreensão dos fatores que atuam nas escolhas individuais, o que tem como consequência fenômenos de mudanças lexicais:

As palavras morrem porque os falantes se recusam a escolhê-las, e as palavras são adicionadas ao inventário lexical de um idioma porque alguns falantes as apresentam e outras imitam esses falantes; da mesma forma, as palavras mudam de valor dentro do idioma porque as pessoas começam a usá-las em diferentes circunstâncias. [...] Para repetir um argumento exposto anteriormente, essa perspectiva pragmática e baseada no uso assume automaticamente a forma de uma investigação sócio-lexicológica: ao escolher entre as alternativas existentes, o usuário do idioma individual leva em consideração seu

---

53 *Social factors* will designate the effects of linguistics interactions among members of specific social groups, including recognition of these effects by member and nonmember. *Cultural factors* will designate the association of linguistic change with broader social patterners that are partly, if not entirely, independent of face-to-face interaction. These must involve cognitive process that recognize such cultural patterns, though this volume has less to say about them.

valor sociolinguístico e não referencial e, inversamente, a expansão de uma mudança sobre uma comunidade linguística é o efeito cumulativo de escolhas individuais. Nesse sentido, é apenas através de uma investigação sobre fatores que determinam essas escolhas individuais que podemos entender os mecanismos por trás da mão invisível da mudança lexical. (GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007, p. 999)<sup>54</sup>

A afirmação dos autores em referência aos estudos lexicais pode ser por nós parafraseada da seguinte maneira: apenas por meio de uma investigação sobre fatores cognitivos culturais que determinam essas escolhas individuais podemos entender os mecanismos por trás da mão invisível de certos tipos de fenômenos de variação/mudança.

Como bem nos lembram Martins e Abraçado (2015, pp. 294-5), uma das contribuições relevantes trazida pelos estudos cognitivos aos estudos sociolinguísticos é a teoria dos protótipos, a qual oferece uma perspectiva da gradação dos protótipos na composição do conhecimento semântico dos membros de determinada comunidade.

Protótipos permitem a formação de conceitos e sua organização por meio de categorias. Um resultado esperado se entendemos que a cordialidade cultural também existe na mente, cognitivamente. Segundo Rosch (1973, p. 112 *apud* FELTES, 2007, p. 110), “as categorias são compostas de um significado nuclear que consiste dos mais claros (melhores exemplos) da categoria, circundados por outros membros de similaridade decrescente

---

54 Words die out because speakers refuse to choose them, and words are added to the lexical inventory of a language because some speakers introduce them and others imitate these speakers; similarly, words change their value within the language because people start using them in different circumstances. [...] To repeat a point made earlier, this pragmatic, usage-based perspective automatically takes the form of a sociolexicological investigation: in choosing among existing alternatives, the individual language user takes into account their sociolinguistic, nonreferential value, and conversely, the expansion of a change over a language community is the cumulative effect of individual choices. In this sense, it is only through an investigation into factors determining these individual choices that we can get a grasp on the mechanisms behind the invisible hand of lexical change.

ao significado nuclear”. Os protótipos atuam como pontos de “referência cognitivos, isto é, os melhores exemplos de uma categoria podem servir como pontos de referência com relação aos quais os outros membros podem ser julgados” (FELTES, 2007, p. 110). Nas palavras de Geeraerts (1989), retomado por Lewandowska-Tomaszczyk em Geeraerts e Cuyckens (2007, p. 145), as categorias prototípicas possuem as seguintes características:

- a. As categorias prototípicas exibem graus de tipicidade; nem todo membro é igualmente representativo para uma categoria.
- b. Categorias prototípicas são borradas nas bordas.
- c. Categorias prototípicas não podem ser definidas por meio de um único conjunto de atributos criteriais (necessários e suficientes).
- d. Categorias prototípicas exibem uma estrutura de semelhança familiar, ou mais geralmente, sua estrutura semântica assume a forma de um conjunto radial de leituras sobrepostas e agrupadas. (GEERAERTS, 1989 *apud* LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK em GEERAERTS, 2007, p. 145)<sup>55</sup>

Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), considerando essa perspectiva nos estudos sociolinguísticos, propõem converter as quatro características da prototipicidade em uma afirmação sobre a estrutura da mudança semântica, de tal forma que a mudança seja marcada pela perda de traços centrais que caracterizam os itens periféricos de um item prototípico:

[...] a teoria do protótipo destaca o fato de que mudanças no intervalo referencial de um significado específico de uma palavra podem assumir a forma de modulações nos casos principais dentro desse intervalo referencial. Em outras palavras, as mudanças na extensão de um único sentido de um item lexical provavelmente assumirão a

---

55 a. Prototypical categories exhibit degrees of typicality; not every member is equally representative for a category. b. Prototypical categories are blurred at the edges. c. Prototypical categories cannot be defined by means of a single set of criterial (necessary and sufficient) attributes. d. Prototypical categories exhibit a family resemblance structure, or more generally, their semantic structure takes the form of a radial set of clustered and overlapping readings.

forma de uma expansão do centro prototípico dessa extensão. Se os referentes na faixa de aplicação de um significado lexical particular não tiverem status igual, os membros mais salientes provavelmente serão mais estáveis (falando diacronicamente) do que os menos salientes. As mudanças assumirão a forma de modulação nos casos centrais. (GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007, p. 990)<sup>56</sup>

Os autores nos fornecem o seguinte exemplo, que representamos esquematicamente na Figura 2, a seguir:

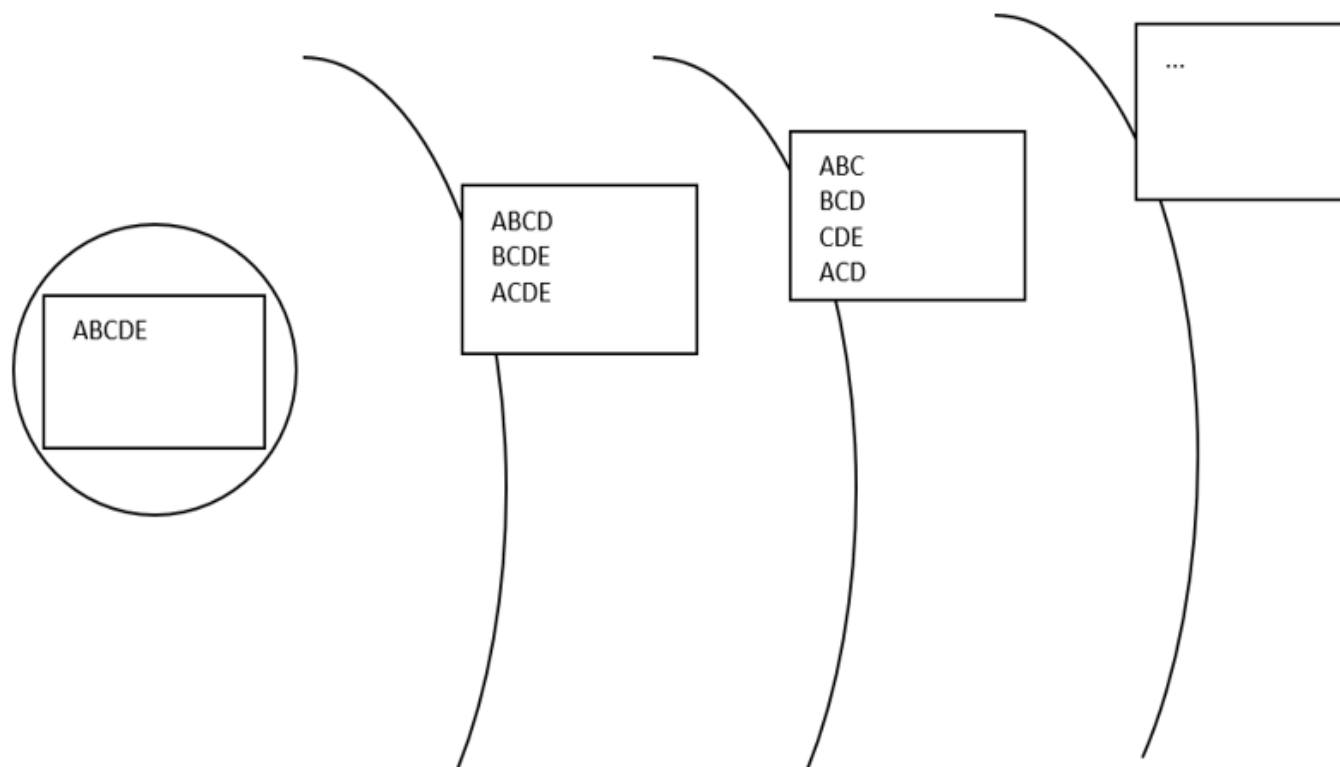
[...] se um significado particular começa como um nome para referentes exibindo os recursos ABCDE, a posterior expansão da categoria consistirá em variações desse tipo de referente. Quanto mais a expansão se estende, menos recursos os casos periféricos terão em comum com o centro prototípico. Uma primeira camada de extensões, por exemplo, pode consistir em referentes exibindo recursos ABCD, BCDE ou ACDE. Um novo crescimento da área periférica poderia então envolver conjuntos de recursos ABC, BCD, CDE ou ACD (para citar apenas alguns). (*Ibidem*, p. 990)<sup>57</sup>

---

56 [...] prototype theory highlights the fact that changes in the referential range of one specific word meaning may take the form of modulations on the core cases within that referential range. In other words, changes in the extension of a single sense of a lexical item are likely to take the form of an expansion of the prototypical center of that extension. If the referents in the range of application of a particular lexical meaning do not have equal status, the more salient members will probably be more stable (diachronically speaking) than the less salient ones. Changes will then take the form of modulations on the central cases.

57 [...] if a particular meaning starts off as a name for referents exhibiting the features ABCDE, the subsequent expansion of the category will consist of variations on that type of referent. The further the expansion extends, the fewer features the peripheral cases will have in common with the prototypical center. A first layer of extensions, for instance, might consist of referents exhibiting features ABCD, BCDE, or ACDE. A further growth of the peripheral area could then involve feature sets ABC, BCD, CDE, or ACD (to name just a few).

Figura 2 – Propriedades centrais e periféricas



Fonte: Elaborada pela autora (2021)  
A partir de Grondelaers; Speelman; Geeraerts (2007).

O modelo permite observar a proeminência (ou não) de algum traço, bem como a estrutura da categoria em relação ao centro e à periferia, ou núcleo e raias. Aqui talvez caiba um esclarecimento: ao tratarmos pela terminologia “propriedades semânticas” e não “traços semânticos”, comumente observada na literatura, fazemos deliberadamente para nos distanciar de uma visão binária. Falar de categorização e tratar de protótipos é falar de uma perspectiva de superação da binariedade, da dualidade. É substituir “é” [+] ou “não é” [-], ainda que reconheçamos que Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) assim representem seu modelo, por uma gradação.

Na prática isso significa que quando se falava em [+cordial] ou [-cordial], se estava apontando para duas opções: ser ou não ser formal, ser ou não ser afetivo, ser ou não ser pessoal, respectivamente. Ao optarmos pela gradualidade, falamos em cordialidade em maior ou menor grau. Além disso, enquanto a metodologia de “traços”,



ligada ao Gerativismo, trata de características simultaneamente necessárias e suficientes, a visão prototípica nos apresenta que não há características necessárias para definição de uma categoria ou de um membro dela, mas aquelas mais comuns ou recorrentes na experiência observável.

Trabalharemos, pois, com aquilo que chamaremos de propriedades que, quando atribuídas, possam ser suficientes para que um elemento seja visto como membro de determinada categoria em algum grau, ainda que periférico. Quanto mais propriedades atribuídas, mais central será considerado o elemento. Substitui-se a oposição por uma gradação, mais representativa da dinamicidade da mudança linguística tal como propomos.

Acreditamos que o modelo de modulações encontra ecos na perspectiva diacrônica da gramaticalização trazida por Hopper (1991), que entende a gramaticalização como um tipo de mudança linguística sujeita a certos processos e mecanismos gerais de mudança. Acerca de tais processos e mecanismos, proporá alguns princípios<sup>58</sup>.

Acreditamos ser possível estabelecer pontos de contato entre o modelo de modulações recém-citado e, sobretudo, o princípio da persistência, a saber, da possibilidade de alguns traços de significado, resquícios da referenciação extralinguística da categoria lexical (forma-fonte) serem mantidos na forma gramaticalizada (forma-alvo):

---

58 If grammar is not a discrete, modular set of relationships, it would seem to follow that no set of changes can be identified which distinctively characterize grammaticization as opposed to, say, lexical change or phonological change in general. The only way to identify instances of grammaticization would be in relation to a prior definition of grammar; but there appear to be no clear ways in which the borders which separate grammatical from lexical and other phenomena can be meaningfully and consistently drawn. Consequently, there seems to be no possibility of constructing a typology of grammaticization, or of constructing principles which will discriminate between grammaticization and other types of change [...] In this paper I will suggest some further principles, ones which (let it be said at the outset) share some of the same defects as Lehmann's, in that they also characterize aspects of change in general, and are not distinctive for grammaticization. (HOPPER, 1991, pp. 19-21)

*Persistência.* Quando uma forma passa por gramaticalização de um léxico para uma função gramatical, desde que seja gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ele, e os detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições em sua distribuição gramatical. (HOPPER, 1991, p. 22, tradução nossa)<sup>59</sup>

A fim de esclarecermos melhor o princípio da persistência, vejamos um exemplo. Hopper e Traugott (2003, p. 97), citando o trabalho de Bybee e Pagliuca (1987), mostrarão o princípio da persistência do traço semântico volição em *will*, que estava presente desde o inglês antigo:

[...] (38) Wen' ic þæt he wille, gif he wealdon mot, in þæm guðsele  
think I that he will, if he prevail may, in the war-hall  
Geotena leode etan unforhte.  
of-Geats men eat unafraid

[Transcrição dos autores para o inglês contemporâneo]:  
I believe that he will, if he should prevail, devour the people of the  
Geats  
without fear in their war-hall  
(BEOWULF, pp. 442-4, citado por BYBEE; PAGLIUCA, 1987, p. 113  
em HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97, tradução nossa)<sup>60</sup>

Nas palavras dos próprios autores, “O futuro ‘preditivo’ se desenvolveu a partir da intenção/promessa de uso da vontade” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97), que está ilustrado no exemplo (38) da citação do inglês antigo, e se estabelece no período do médio inglês, mas não elimina o sentido volitivo dos termos, que permanece como um dos sentidos de vontade na Inglaterra até a

---

59 *Persistence.* When a form undergoes grammaticization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution.

60 Eu acredito que ele irá, se ele prevalecer, devorar o povo da Geats sem medo em seu salão de guerra.

atualidade. Os autores afirmam que “tudo o que aconteceu foi que um novo significado foi adicionado a uma forma já polissêmica e, portanto, novas possibilidades de distribuição foram abertas para a forma” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97); o trabalho de Bybee e Pagliuca (1987) ilustra a possibilidade da reconstrução histórica do termo pelo resquício semântico da forma-fonte.

Entendendo, como querem os autores, esse princípio como o de um fenômeno de mudança, observamos que também na perspectiva da modulação há gradação, perda e ganho de propriedades semânticas que geram formas periféricas (tipos de forma-alvo) em relação a algo que permanece da forma central, que aqui associamos à forma-fonte, ou seja, o princípio da persistência também atuaria no processo de alteração semântica.

Se as mudanças são “modulações nos casos centrais” podemos entender que os itens periféricos são, pois, as variantes de um item em mudança, fruto, como afirma, das escolhas individuais e que pode conter resquícios semânticos da forma-fonte. Os autores apontam para um dos caminhos que pretendemos traçar neste trabalho: a observação de perdas, ganhos e, eventualmente, permanência de propriedades semânticas ou traços no processo de variação/mudança.

Acerca dos estudos de Sociolinguística Cognitiva em língua portuguesa devemos destacar as investigações de Batoréo (2000), Silva (2006, 2008a, 2008b, 2014) e Batoréo e Casadinho (2012), particularmente sobre estudos comparativos entre PE e PB. Em *Expressão do espaço no português europeu*, Batoréo (2000) desenvolve a proposta de que as línguas refletem diferentemente a conceptualização de espaço. Mais recentemente, Batoréo e Casadinho (2012) têm se dedicado a trabalhos que se estendem ao português falado em Timor Leste, relacionando variantes nacionais e identidades dos falantes. Silva (2014) realiza estudo sobre empréstimos e estrangeirismos, nas duas variantes (PE e PB), sobre

termos sinônimos (de futebol e vestimenta) aplicados a um mesmo conceito e constata que a influência de línguas estrangeiras como inglês e francês é mais forte no PB.

No Brasil, destacam-se na Sociolinguística Cognitiva os trabalhos de Abraçado (2015) e Ferrari (2019). Num estudo recente, Ferrari (2019) analisa o conectivo lógico “resultado”, em PB, afirmando referir-se a uma esquematização, isto é, a unidade linguística “resultado” reflete a esquematização da relação entre as proposições de causa (P<sub>1</sub>) e de consequência (P<sub>2</sub>) a partir da qual se tem a sinalização implícita de que a perspectiva do falante é a de que seria indesejável o evento descrito em P<sub>2</sub>. Por exemplo:

*(6) Você está assistindo um seriado na sala e o jantar fica pronto, mas não tem ponto de TV por assinatura na cozinha. Resultado: você vê novela e fica sem saber quem era o assassino. No exemplo (6), o deslocamento de um indivíduo de um cômodo para outro é apresentado como tendo a consequência de “ficar sem saber quem era o assassino”, depois de ter assistido à novela. (FERRARI, 2019, p. 127)*

Por sua vez, Abraçado (2015) realizará estudo sobre a ordem objeto-verbo (OV) no PB. Revisitando pesquisas anteriores acerca do tema, mas agora com análise de viés cognitivo, demonstra que no PB essa ordem se realiza em 100% dos casos investigados como marca de subjetividade, cognitivamente compreendida como “a maneira como um elemento de uma conceptualização é perspectivamente construído, ou seja, se objetiva ou subjetivamente” (ABRAÇADO, 2015, p. 561). Transcrevemos a seguir um dos exemplos trazidos pela autora, que observa (o que é destacado em itálico) a ocorrência do fenômeno:

*(2) Quer dizer que ele (riso) sofreu o diabo, entende? Sofreu! Mas agora felizmente já está – se se recuperou quase, não é? E ele é muito*

assim, ele é ele é assim muito bom. É até parecido comigo, sabe?  
[Ele é muito] – ele é muito de mim. *Eu acho que isso eu transmiti para ele.* (FAL 30). (ABRAÇADO, 2015, p. 563)

Conforme constatado pela autora, “as ocorrências da ordem OV acontecem em momentos em que o participante fala de si mesmo, de seus sentimentos ou tece comentários sobre alguém ou sobre algum acontecimento” (ABRAÇADO, 2015, p. 563). Isso, nos parece, aponta para intimidade, no primeiro caso, e para pessoalidade, no segundo. Temos no exemplo de Abraçado mais uma manifestação das propriedades que estamos investigando.

Enfim, apesar das contribuições comentadas, estudos que se dediquem à proposição de um modelo cognitivo-cultural relativo ao PB e sua associação com fenômenos de variação/mudança ainda são escassos ou, nas palavras de Silva (2008b, p. 204), “incipientes entre nós”.

### **3.3 Considerações finais do capítulo**

Nesta seção pudemos observar, em estudos quantitativos de PB como Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016), fenômenos de variação/mudança nas formas de tratamento e nos pronomes possessivos de 2ª pessoa. A revisão das formas de tratamento nos ajudará, mais tarde, a contextualizar o uso do pronome possessivo, bem como a analisar as hipóteses de motivação linguística e extralinguística para mudança do uso do pronome *seu*. Todos os estudos atestaram preferência em PB pela realização de formas que implicam menor formalidade de tratamento, em que prevalece não apenas a perda de formalidade, mas ainda certo ganho de intimidade. Os dados de Martins e Vargas (2014, p. 346) indicam ainda certa autonomia da cooptação do *seu* para o lugar da 2ª pessoa em relação à inserção do *você* em PB.



Considerando o exposto principalmente por Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) e Kristiansen e Dirven (2008), vimos que compreender o que motiva essa mudança exige compreender o que motiva a escolha dos falantes e que os aspectos cognitivos devem ser considerados nessa busca por compreensão. Com Labov (2010), assim como os fatores sociais, a cultura também deve ser considerada fator de mudança. Dessa forma, acreditamos que explicitar a razão da variação/mudança *teu/seu* passa pela compreensão de fatores cognitivos e culturais. Contudo, estudos que relacionem cultura, cognição e variação linguística, que levem em conta nossa língua, ainda são incipientes.